

Anderson Soares Madeira

**LEI DE
EXECUÇÕES
FISCAIS**

3ª Edição

(Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980)

Anotada e Comentada sob a
égide jurisprudencial do Superior
Tribunal de Justiça.

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Anderson Soares Madeira

Categoria: Direito Fiscal e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M1811

Madeira, Anderson Soares

Lei de Execuções Fiscais : (Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980) :
anotada e comentada sob a égide jurisprudencial do Superior Tribunal de
Justiça / Anderson Soares Madeira. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.
628 p. : il. organogramas, tabelas ; 23 cm.

Bibliografia : p. 595-598.

ISBN 978-85-519-0386-5

1. Direito tributário – Brasil. 2. Brasil. Lei de execução fiscal (1980). 3.
Execução fiscal – Brasil. I. Título.

CDD 343.81040269

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio da 1ª Edição.....	1
Prefácio da 2ª Edição.....	3
Prefácio da 3ª Edição.....	5
Nota do Autor.....	7
Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980.....	9
Artigo 1º	11
1.1. A OAB e a LEF.....	12
1.2. Empresas públicas e a LEF.....	15
1.3. Aplicação subsidiária do CPC.....	18
1.4. Local competente para ajuizamento de executivo fiscal.....	19
Artigo 2º	23
2.1. Dívida ativa e sua executividade.....	23
2.2. Validade de planilhas fornecidas pelas Procuradorias.....	31
2.3. Valor cobrado pelo fornecimento de água e esgoto e a LEF.....	33
2.4. Juros e correção monetária.....	34
2.5. A dívida ativa e a suspensão da prescrição por 180 dias.....	36
2.6. O Termo de Inscrição de Dívida Ativa e a perda do processo administrativo.....	39
2.7. A Certidão de Dívida Ativa e seus efeitos.....	40
2.8. A prescrição de cinco anos e a Súmula Vinculante nº 8 do STF.....	45
Artigo 3º	55
3.1. Dívida Ativa e suas presunções.....	55

Artigo 4º	63
4.1 O redirecionamento ao espólio e/ou herdeiros.....	64
4.2. A execução fiscal e a responsabilidade do sócio gerente ou administrador	68
4.3. Incidente processual de desconsideração da pessoa jurídica na execução fiscal.....	85
4.4. Diferença entre a ‘desconsideração da pessoa jurídica’ e o ‘redirecionamento da execução fiscal’	90
4.5. A constrição de bens do devedor e do sócio administrador	92
4.6. Dívida ativa não tributária e suas prerrogativas	95
4.7 Débitos fiscais da matriz e o patrimônio das filiais.....	95
Artigo 5º	99
5.1. A LEF e o juízo competente para seu processamento	99
5.2. A situação dos bens na execução fiscal aforada antes e depois da falência.....	102
5.3. Exclusividade do executivo fiscal pela Fazenda-autora	103
Artigo 6º	107
6.1. Requisitos básicos na petição inicial do executivo fiscal.....	107
6.2. A Inicial e a CDA constantes em documento único.....	109
6.3. A execução fiscal com dois ou mais débitos	110
Artigo 7º	115
7.1. O “cite-se” e suas consequências na execução fiscal	115
7.2. A fixação dos honorários sucumbenciais	119
Artigo 8º	123
8.1. A citação e o prazo para manifestação do executado	124
8.2. A citação e suas modalidades	125
Artigo 9º	135
9.1. Garantia da execução.....	136
9.2. Bens de terceiros e fiança bancária	137

9.3 Seguro Garantia Judicial.....	139
Artigo 10	147
10.1. A penhora forçada	147
10.2. A penhora de bens do sócio-gerente.....	152
10.3. A penhora sobre valor irrisório com relação à dívida fiscal.....	153
10.4. A impenhorabilidade absoluta do bem de família.....	155
10.5. A penhora e os bens do ex cônjuge do devedor.....	163
10.6. A nomeação de bem de família como garantia de execução.....	164
10.7. O bem de família e a data limite para arguição de sua impenhorabilidade.....	164
10.8. A impenhorabilidade dos bens que guarnecem o imóvel	165
10.9. A impenhorabilidade de bens de pequenas empresas	165
10.10. A impenhorabilidade de conta salário e investimentos bancários de até 40 salários mínimos	166
10.11. A penhora e a conta conjunta com devedor tributário	168
10.12. O excesso de penhora e o momento de sua arguição.....	170
Artigo 11	175
11.1. A penhora e sua ordem de preferência	176
11.2. O auto e o termo de penhoras	180
11.3. Da remoção dos bens penhorados.....	181
11.4. O depositário infiel e a prisão civil.....	182
11.5. A penhora 'on-line'	184
Artigo 12	195
12.1. Da intimação da penhora	195
12.2. Da intimação do cônjuge do executado.....	196

Artigo 13	201
13.1. A penhora e os procedimentos de avaliação dos bens	201
13.2. A não concordância da avaliação.....	202
Artigo 14	205
14.1. O registro da penhora	205
14.2. A fraude de execução.....	206
14.3. A caracterização de fraude frente à promessa de compra e venda de bem.....	209
Artigo 15	217
15.1. A substituição dos bens na penhora.....	217
15.2. Redução da penhora	222
15.3. Reforço da penhora insuficiente e reabertura do prazo para embargos	224
Artigo 16	227
16.1. A natureza jurídica dos embargos	227
16.2. O excesso de execução	229
16.3. Garantia do juízo e a suspensão da execução	230
16.4. Contagem do prazo para oposição de embargos.....	236
16.5. Contagem do prazo para oposição de embargos quando dispensável a garantia do juízo	240
16.6. A compensação nos embargos à execução.....	242
16.7. Procedimento dos embargos à execução	247
16.8. A exceção de pré-executividade	250
16.9. Da coisa julgada nos Embargos à Execução	260
16.10. Eficácia preclusiva da coisa julgada x Relativização da coisa julgada	262
16.11. Arguição de exceções na execução fiscal	267
Artigo 17	273
17.1. A impugnação dos embargos	273

17.2. A revelia da Fazenda exequente.....	273
17.3. Audiência de instrução e julgamento em sede de embargos	275
17.4. Chamamento do exequente para impugnar os embargos	277
17.5. Embargos meramente protelatórios – Multa.....	279
17.6. Execução fiscal provisória e execução fiscal definitiva	280
17.7. Da Audiência de Instrução e Julgamento	281
Artigo 18	283
18.1. Manifestação da Fazenda-Exequente sobre a garantia da execução	283
18.2. Penhora insuficiente e extinção dos embargos	284
Artigo 19	289
19.1. Remição de bens de terceiro	289
19.2. Penhora dos bens do sócio de sociedade de responsabilidade limitada	291
Artigo 20	295
20.1. Os embargos à execução através de carta precatória	295
20.2. Competência para julgamento dos embargos: questões preliminares e de mérito	296
20.3. Competência para julgamento dos Embargos de Terceiros	298
Artigo 21	301
21.1. A alienação antecipada dos bens	301
Artigo 22	305
22.1. A publicação do edital	305
22.2. Prazos entre a publicação do edital e o leilão	306
22.3. A arrematação dos bens penhorados por terceiros	306
22.4. A arrematação dos bens penhorados pela Fazenda Pública exequente.....	309
22.5. Intimação do representante da Fazenda Pública.....	310

22.6. A arrematação dos bens por preço vil	313
22.7. Oposição de embargos à arrematação	316
Artigo 23	323
23.1. Hasta pública na execução fiscal	323
23.2. O segundo leilão: previsão jurisprudencial	324
23.3. O leiloeiro	325
Artigo 24	331
24.1. A adjudicação dos bens penhorados	331
Artigo 25	337
25.1. Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública	337
Artigo 26	345
26.1. Cancelamento da inscrição de Dívida Ativa e suas consequências no processo executivo fiscal	345
26.2. Substituição da CDA	350
26.3. Embargos procedentes e honorários sucumbenciais	352
26.4. Cancelamento de injusta inscrição em Dívida Ativa e danos morais	356
Artigo 27	363
27.1. As publicações resumidas dos atos processuais: medida de economia processual	363
27.2. Requisitos indispensáveis à publicação dos atos processuais	363
Artigo 28	367
28.1. Possibilidade de reunião de diversas execuções contra o mesmo devedor	367
Artigo 29	375
29.1. Concurso de preferências dos créditos tributários	375
29.2. Duplicidade de penhora: executivo fiscal vs. processo falimentar	384

29.3. Ordem de preferência das pessoas jurídicas de direito público pelos créditos tributários	386
Artigo 30	393
30.1. Bens passíveis de penhora	393
30.2. Bens impenhoráveis	394
Artigo 31	401
31.1. Prova de quitação fiscal para alienação de bens	401
31.2. Concordância da Fazenda Pública para alienação de bens	402
Artigo 32	405
32.1. Depósito judicial em favor da Fazenda Pública	405
32.2. Alterações introduzidas pela Lei nº 9.703/98	410
32.3. Atualização monetária dos depósitos: taxa SELIC	412
Artigo 33	415
33.1. Averbação da sentença de improcedência no Registro da Dívida Ativa	415
Artigo 34	417
34.1. Sentença igual ou inferior a 50 ORTN em execução fiscal	417
34.2. O reexame necessário	422
34.3. Recursos cabíveis contra a sentença de primeira instância e duplo grau de jurisdição	428
34.4. Recurso Especial e Recurso Extraordinário no executivo fiscal	431
34.5. O Executivo Fiscal de até 50 ORTNs e o Mandado de Segurança	435
Artigo 35	441
35.1. A dispensa do revisor no julgamento das apelações	441

Artigo 36	443
36.1. Recolhimento da Dívida Ativa e as normas procedimentais da Fazenda Pública.....	443
Artigo 37	445
37.1. Responsabilidade do auxiliar de justiça por prejudicialidade à execução fiscal.....	445
37.2. Prazo para o cumprimento das diligências pelo oficial de justiça	446
Artigo 38	449
38.1. Ações antiexacionais e Execução Fiscal	449
38.1.1. Mandado de Segurança.....	449
38.1.2. Ação Anulatória	467
38.2. Ajuizamento de ação antiexacional e renúncia aos recursos administrativos	474
Artigo 39	477
39.1. Exclusão do pagamento de custas e emolumentos pela Fazenda Pública	477
39.2. Ressarcimento das despesas processuais ao final pela Fazenda Pública sucumbente	479
39.3. Exceções à regra da dispensa de antecipação de despesas processuais pela Fazenda Pública	480
39.4. A desistência de recursos na execução fiscal e a sucumbência	483
39.5. A possibilidade de concessão de gratuidade de Justiça à pessoa jurídica de direito privado.....	484
Artigo 40	489
40.1. Casos de suspensão do processo executivo fiscal e da prescrição.....	490
40.2. A prescrição intercorrente e sua arguição de ofício pelo juiz: necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública	491

Artigo 41	509
41.1. Extração de cópias ou certidões do processo administrativo fiscal	509
41.2. Exibição do processo administrativo fiscal mediante requisição do juiz	510
Artigo 42	513
42.1. Vigência da Lei de Execução Fiscal.....	513
Modelo de Ação de Execução Fiscal	514
Modelo Certidão de Dívida Ativa – CDA	516
Modelo de Embargos à Execução	518
Modelo de Exceção de Pré-Executividade.....	524
Modelo de Embargos de Terceiros.....	529
Modelo de Embargos de Infringentes (art. 34 da LEF)	538
Modelo de Embargos de Declaração	541

ANEXOS

Súmulas do Supremo Tribunal Federal - STF.....	547
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça - STJ	553
Súmulas do Extinto Tribunal Federal de Recursos - TFR	565
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980	567
Exposição de Motivos da Lei de Execução Fiscal nº 223	579
Bibliografia	595